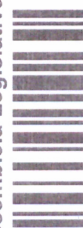




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

PROJETO DE LEI Nº ____/2017

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3825
Data: 22/11/2017 Horário: 08:31
Legislativo -

ALTERA A LEI 7.873/2016, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - O artigo 1 da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 1º** – Toda gestante tem direito a receber assistência humanizada durante o parto e nascimento, nos serviços de saúde do sistema público de saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, e privada.”

Artigo 2º - O artigo 2º e incisos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 2º** – Para os efeitos desta lei, ter-se-á parto humanizado ou assistência humanizada ao parto, os seguintes aspectos:

I – Não comprometer a segurança do processo, nem a saúde da parturiente ou do recém nascido;

II – Garantia de que é dever das unidades de saúde receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido, requerendo atitude ética e solidária por parte dos profissionais de saúde e a organização da instituição, de modo a criar um ambiente acolhedor e a instituir rotinas hospitalares que rompam com o tradicional isolamento imposto à mulher.

III – Adoção de medidas e procedimentos sabidamente benéficos para o acompanhamento do parto e do nascimento, evitando práticas intervencionistas desnecessárias que, embora tradicionalmente realizadas, não beneficiam a mulher ou o recém-nascido, e frequentemente acarretam maiores riscos para ambos.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

IV – Garantir à gestante o direito de optar pelos procedimentos eletivos que, resguardada a segurança do parto, lhe propiciem maior conforto e bem-estar, incluindo procedimentos para alívio da dor.”

Artigo 3º - O artigo 3º e incisos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 3º** – São princípios ou direitos da assistência a humanização do parto e nascimento:

I – Toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério;

II – Toda gestante tem direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto;

III – toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas na prática médica;”

IV – todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura.

V – O fornecimento de informação à gestante ou parturiente, assim como ao pai acompanhante, sempre que possível, dos métodos e procedimentos eletivos.

VI – Ser informada sobre a evolução do seu parto e o estado de saúde do seu filho, garantindo-lhe sua autonomia para autorizar as diferentes situações dos envolvidos no atendimento ao parto.

VII – ter ao seu lado o recém-nascido em alojamento conjunto, durante a permanência no estabelecimento de saúde, e acompanhá-lo presencial e continuamente quando este necessitar de cuidados especiais, inclusive em unidade de terapia neonatal.



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

VIII – Ter direito à presença, durante todo o processo ou em parte dele, de um acompanhante livremente escolhido pela gestante conforme a Lei 11.108 de 07/04/2005;

IX – A garantia da presença da Doula, no momento do parto, nas unidades de atendimento público e privado, não anulando a presença do acompanhante de livre escolha da mulher, caso assim ela deseje;

X – Direito a ambiente propício à concentração no parto, que favoreça o processo fisiológico do parto e nascimento.”

Artigo 4º - O artigo 4º e incisos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 4º** – A mulher terá direito à elaboração de um Plano Individual de Parto e Nascimento, documento categoria A entre as “Práticas claramente úteis e que devem ser encorajadas e estimuladas” da Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo um texto que descreve as preferências da mulher para seu pré-parto, parto e pós parto de forma clara com o intuito de orientar os profissionais de saúde que acompanharão o processo, onde ela manifestará suas opções:

I – O estabelecimento hospitalar onde o parto será preferencialmente efetuado;

II – As rotinas e procedimentos eletivos de assistência ao parto e nascimento pelos quais a gestante fizer opção, devidamente orientadas e esclarecidas.

III – A utilização de métodos não farmacológicos para alívio da dor;

IV – A administração de medicação para alívio da dor, caso deseje;

V – Liberdade para caminhar e escolher a posição que deseja ficar;

VI – Liberdade para ingestão de líquidos e comer comidas leves;”



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

Artigo 5º - O artigo 5º e parágrafo único da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º – A elaboração do Plano Individual de Parto deverá ser precedida de avaliação da gestante, na qual serão identificados os fatores de risco da gravidez, reavaliados a cada contato da gestante com o sistema de saúde durante a assistência pré-natal, inclusive quando do atendimento preliminar ao trabalho de parto.

Parágrafo Único – Durante a elaboração do Plano Individual de Parto e Nascimento, a gestante poderá ser assistida por um profissional de saúde ou doula, que deverá esclarecê-la de forma clara, precisa e objetiva sobre as implicações de cada uma das suas disposições de vontade.”

Artigo 6º - O artigo 6º da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 6º – Toda gestante atendida pelo Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de Alagoas, pela rede própria ou conveniada e pela rede privada, terá direito a ser informada, de forma clara, precisa e objetiva, sobre todas as rotinas e procedimentos eletivos de assistência ao parto, assim como as implicações de cada um deles para o bem-estar físico e emocional da gestante e do recém-nascido.”

Artigo 7º - O artigo 7º da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 7º – As disposições de vontade constantes do Plano Individual de Parto e nascimento só poderão ser contrariadas quando assim o exigirem a segurança do parto ou a saúde da mãe ou do recém-nascido, descritas por escrito pelo profissional que efetuou a recusa, e entregues à mulher ou acompanhante, ou registradas em prontuário, com base em evidências científicas atualizadas e asseguradas pela legislação atual na área.”

Assinatura manuscrita em azul, com traços fluidos e uma longa extensão para a direita.



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

Artigo 8º - O artigo 8º e parágrafo único da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 8º – A Administração Estadual deverá publicar, periodicamente, protocolos descrevendo as rotinas e procedimentos de assistência ao parto, baseados em evidências científicas, descritos de modo conciso, claro e objetivo.

Parágrafo único - Os protocolos tratados neste artigo serão informados a todos os médicos, enfermeiros e demais funcionários dos estabelecimentos habilitados pelo SUS no Estado e da rede própria ou conveniada, e privada para a assistência de partos e ao atendimento à gestante, assim como às escolas que mantenham cursos de medicina, enfermagem ou administração hospitalar.”

Artigo 9º - O artigo 9º da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 9º – A Administração Estadual publicará boletim periodicamente dados estatísticos atualizados, referentes aos indicadores da Rede Cegonha segundo a portaria 650 de 05 de outubro de 2011, anexo 5, sobre as modalidades de parto e os procedimentos adotados por opção da gestante.”

Artigo 10 - O artigo 10 e incisos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 10º – Ficam proibidas as práticas classificadas que são claramente prejudiciais ou ineficazes e que devem ser eliminadas:

I – O uso rotineiro de enema;

II – Infusão intravenosa de rotina no trabalho de parto;

III – O uso rotineiro de ocitocina a fim de acelerar o trabalho de parto;

IV – O uso rotineiro de litotomia;



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

V – Os esforços de puxo prolongados e dirigidos durante processo expulsivo;

VI – Uso rotineiro de episiotomia;

VII –manipulação excessiva no períneo durante o trabalho de parto e parto;

VIII – Manobra de kristeller.

IX – Uso rotineiro de amniotomia.

X – Entre outros procedimentos que não tenham respaldo com as evidências científicas atuais.”

Artigo 11 - O artigo 11 , incisos e parágrafos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 11º** – A equipe responsável pela assistência ao parto e nascimento deverá seguir as recomendações de segurança do paciente constante na Portaria Nº 529 de 01/04/2013 do Ministério da Saúde:

I – Utilizar materiais descartáveis ou realizar desinfecção apropriada de materiais reutilizáveis;

II – Utilizar luvas no exame vaginal, durante o nascimento do bebê e na dequitação da placenta;

III – Assegurar o procedimento estéril para a secção do cordão umbilical;

IV – Examinar rotineiramente a placenta e as membranas, dando a opção à mulher levar a sua placenta para casa;

V – Monitorar cuidadosamente o progresso do trabalho de parto, fazendo uso do partograma recomendado pela OMS;



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

§ 1º – Ressalvada a prescrição médica em contrário, Durante o trabalho de parto será permitido à parturiente:

I - Manter liberdade de movimento durante o trabalho de parto;

II - Escolher a posição física que lhe pareça mais confortável durante o trabalho de parto;

III - Ingerir líquidos e alimentos leves.

Artigo 12 - O artigo 12 e incisos da Lei 7.873/2016 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 12 – Para o recém-nascido a termo, com ritmo respiratório normal, tônus normal e sem líquido meconial, recomenda-se:

I – Assegurar o contato pele a pele imediato e contínuo, colocando o RN sobre o abdome ou tórax da mãe, de acordo com a sua vontade, de braços, e cobri-lo com uma coberta seca e aquecida. Verificar a temperatura do ambiente, que deverá estar em torno de 26°C para evitar a perda de calor.

II – Estimular o aleitamento materno na primeira hora de vida, exceto em situações cujas mães HIV ou HTLV positivas.

III – Postergar os procedimentos de rotina com o recém-nascido após a primeira hora de vida;

IV – Postergar o banho, no mínimo, após seis horas de nascido;

V – Proceder o clampeamento do cordão umbilical após sessadas com suas pulsações “aproximadamente de 1 a 3 minutos, exceto em casos de mães isoimunizadas ou HIV/ HTLV positivas, nesses casos o clampeamento deve ser imediato.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

Artigo 13 - O artigo 13 da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 13º** – São profissionais legalmente habilitados para a assistência ao parto: o médico, o especialista obstetra, a enfermeira obstetra e a obstetriz.”

Artigo 14 - O artigo 14 e incisos da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 14º** – Que seja assegurado à gestante - já informada adequadamente sobre sua condição de saúde - o acesso ao direito de recusa a procedimento ou intervenção médica, a partir da materialização de um "Termo de Recusa":

I – A parturiente deve estar informada, desde sua entrada na unidade de saúde, sobre a possibilidade de utilização do Termo de Recusa.

II – A parturiente não sofrerá qualquer constrangimento ou retaliação por parte do profissional ou equipe, caso solicite a utilização do referido Termo de Recusa.”

Artigo 15 - O artigo 15 da Lei 7.873/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 15º** – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.”

Artigo 16 – Fica acrescido a Lei 7.873/2016 o seguinte artigo:

“**Artigo 16º** – As obrigações impostas por essa lei, apenas serão aplicadas quando se tratar de parto normal de risco habitual.”

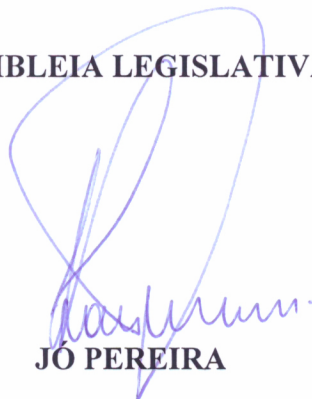
Artigo 17 – Fica acrescido a Lei 7.873/2016 o seguinte artigo:

“**Artigo 17º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ,
____ DE _____ DE 2017.**



JÓ PEREIRA

Deputada Estadual



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

FUNDAMENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº ____/2017

Inicialmente, as modificações são necessárias, sobretudo, da necessidade de reformulação de procedimentos e condutas proscritas, em desuso e que não são mais utilizadas.

O movimento pela humanização do parto e as boas práticas obstétricas compreendem o contexto do parto e nascimento com um olhar mais centrado no protagonismo da mulher, respeitoso a fisiologia e totalmente assegurado pelo Ministério da Saúde e outros órgãos competentes.

Sendo assim, de acordo com a nova realidade que é preconizada, as alterações se tornam imprescindíveis diante do que é o esperado para uma assistência equânime e com foco na diminuição da violência obstétrica.

Conto com a colaboração de meus nobres colegas para a aprovação desta proposição.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ,
____ DE _____ DE 2017.**

JÓ PEREIRA
Deputada Estadual